



**Discurso proferido na sessão de 29 de setembro de 1948,
publicado no DCD de 30 de setembro de 1948, página 9538.**

O SR. RAUL PILLA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando interrompi ontem meu discurso, tratava dos timoratos que vêm na reforma da Constituição, no sentido parlamentar, uma aventura mais ou menos perigosa.

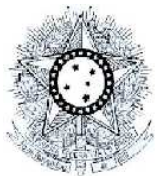
Demonstrei – ou pretendi fazê-lo – que não havia qualquer risco na reforma que propomos.

Prossigo na série de considerações: Quero, porém, conceder o máximo. Quero conceder possa haver risco na experiência. Que risco seria este, Senhor Presidente? Seria o mínimo e, ao mesmo tempo, o mais indeclinável dos riscos. Perdidos estaremos seguramente, perseverando no que aí está. Haverá maior e mais certo risco do que este, de nada arriscar? Parece que não. Perdidos poderemos continuar, mudando e apesar de haver mudado. Mas não é certo, nem sequer provável: é apenas possível. Poderemos continuar perdidos, mas poderemos também salvar-nos. Se risco há, é o da salvação, porque, na outra alternativa, é certa a perda. Bendito risco, bendita aventura, que nos aventura e nos arrisca para o bem e nos pode livrar do mal!

Razão, pois, não têm os timoratos, se convencidos estão, como não podem deixar de estar, de que cada vez pior vai indo a coisa pública. Absterem eles, não será arriscar, por certa ser então a ruína, mas será tomar sobre si uma tremenda responsabilidade, porque, abstendo-se, afastam, eliminam a possibilidade de salvação. Vão, assim, os timoratos ao encontro de aquilo mesmo que desejariam evitar. Não querem responsabilidade e ela lhes cai em cima, esmagadora.

Esta de evitar a cura, e não a de tentá-la, é a responsabilidade de que nós devemos temer. Porque seria a criminosa responsabilidade do médico que, em face de um caso de apendicite grave e supurada, recusasse recorrer ao cirurgião, sob o pretexto de que a operação, ao invés de salvar o doente, lhe poderia apressar a morte.

Mas não é, sequer, alguma coisa comparável a uma operação cirúrgica o de que se trata, isto é, um ato definitivo e irreversível, senão simplesmente um tratamento, um regime, um sistema, que a qualquer momento se poderá suspender e substituir. Mal e muito mal vamos nós sob o atual regime político; se pior nos dermos com o que preconizamos (o que não é de crer) nada impedirá que, após um razoável período de



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Parlamentar

experiência, volvamos à primitiva fórmula, ou provemos outra. Cruzar os braços é que não devemos; não nos podemos imobilizar pelo temor, ou pelo comodismo. Precisamos, devemos tentar alguma coisa, porque muito maior erro será nada fazer, que errar fazendo alguma coisa: muito maior erro e verdadeiro crime.

Esta é - rigorosamente esta - a situação em que nos encontramos, Sr. Presidente. E, nesta situação tão melindrosa, só completo desconhecimento da realidade, só a inconsciência poderia explicar a inação. Em nossas mãos está, senão a salvação, pelo menos o tentá-la. E não a havemos de tentar, Sr. Presidente?

Não sei se alguém há, entre nós, tão cego, que não veja o que todos estão vendo; alguém tão descuidado, que não tema o que todos estão temendo. Mas se o houvesse, dispensável seria apresentar-lhe o quadro completo da realidade nacional, porque bastaria evidenciar um dos seus aspectos políticos.

A maior prova (disse eu alhures, há mais de mês) a maior prova da irremediável esterilidade da política brasileira está em que, votada a Constituição oito meses depois de empossado o Presidente da República, passou a eleição do seu sucessor a ser o problema máximo, a preocupação obsidente, embora não confessada. Havia e há que restaurar a Nação de malefícios profundos e multiformes; tudo estava e tudo está por refazer. Pois bem, estes problemas vitais passaram a segundo plano, foram esquecidos, se não desprezados. Está a casa a cair e nós, em vez de a reparar, estamos ocupados em saber quem lhe senhareará as ruínas da que a três anos.

Toda a política brasileira gira e tem girado em torno da sucessão presidencial. É mal antigo, é mal inveterado, é mal que nasceu com a República. A política do bem político, substituiu-se a política do poder, da posse do poder pelo poder. Não conhecemos outra, doutra não queremos saber.

Como explicar, senhores, tal aberração? Estarão tão depravados os homens, que não saibam, sequer, cuidar dos seus mais vitais interesses? Estarão reduzidos à condição de escravos no mercado, cujo maior cuidado é saber qual o senhor que vão servir?

Não creio seja a falha tanto dos homens, como do regime que tais costumes permitiu. Os políticos brasileiros não podem deixar de proceder segundo o sistema de que fazem parte.

O Sr. Herbert Levy - V. Exa. está fazendo considerações de interesses fundamental para a vida política do país e, indiscutivelmente, apresentando elementos



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Parlamentar

que devem ser detidamente meditados. Sem dúvida alguma muitas das considerações de V. Exa. são inteiramente procedentes.

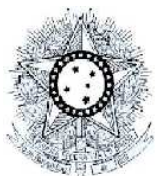
O Sr. RAUL PILLA - Muito agradecido a V. Exa.

E o sistema presidencial, em terras latino-americanas, é isto que tendes visto, é o poder pessoal, é a ditadura. Ditadura constitucional, ditadura condicionada por certas regras legais, mas ditadura efetiva, tão efetiva e real, que não raro se sobrepõe às mais claras e solenes disposições legais.

“Se tal é o regime, como evitar se preocupe a gente com o senhor que há de vir, principalmente se do senhor presente, mas transiente, já pouco se pode esperar? Não há cuidado que este sobreleve na vida pública brasileira. Não há questão de ordem política, econômica, financeira, ou moral, que se lhe consiga sobrepor. Se, neste País, tudo depende do Presidente, no Presidente, por força, tudo há de convergir. Trata-se, apenas, de uma das tantas manifestações, talvez da mais impressiva manifestação da hipertrofia do Poder Executivo, contra a qual impotente foi uma revolução vitoriosa”.

Isto dizia eu, há semanas, numa grande assembléia do meu Partido. E pudera ter levado mais longe a análise. Porque, Sr. Presidente, se no âmbito nacional, toda a nossa política se reduz à eleição do grão senhor do País, no dos Estados e dos Municípios, outra não é a constante preocupação, senão a de conhecer e determinar os senhores menores, a que, por prazo igualmente certo e irredutível, ficarão aforadas as correspondentes circunscrições políticas e administrativas. Caciquismo estreme, Sr. Presidente, caciquismo de alto a baixo, é, na realidade o nosso sistema político. Caciquismo ligado, é verdade, às nossas próprias origens históricas, caciquismo que tem fundas raízes sociais, mas caciquismo de que o segundo Império, com a prática do regime parlamentar, que é o seu antídoto mais perfeito, quase inteiramente nos escoimara.

Mas, se toda a nossa política se reduz à designação da tríplice categoria de senhores que nos governam, extremamente complicado e dificultoso tornou a Assembléia Constituinte este ato, embora o fizesse com a melhor das intenções. Para fugir aos males da onipotência governativa e evitar pudesse o Presidente da República influir, não só na eleição do Congresso Nacional, mas ainda na dos Governadores e das Assembléias Legislativas Estaduais, estabeleceu-se no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a coincidência de todos os mandatos, com o do Presidente da República, significando isto que, no mesmo dia, se realizarão, em todo o território nacional, as



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Parlamentar

eleições federais e as eleições estaduais, as eleições para o poder legislativo e as eleições para o poder executivo. Praticado o erro máximo e essencial, que foi a manutenção do presidencialismo, a conservação do poder pessoal, procuraram corrigi-lo mediante o expediente quase pueril da coincidência dos mandatos.

Quem poderá agora imaginar, sequer, a confusão, a balbúrdia que tantas eleições simultâneas produzirão, já na campanha política, onde as mais variadas e contraditórias combinações partidárias se tornarão inevitáveis, já no ato eleitoral propriamente dito, quando o cidadão bisonho se defrontará no gabinete indevassável com uma infinidade de cédulas, já, sobretudo, no ânimo inexperto da maioria dos eleitores?

Esta dificuldade criada pela multiplicidade dos pleitos eleitorais, impensadamente concentrados num só dia, ainda pouco representa ante os prenúncios, que já se percebem, do que será a campanha presidencial propriamente dita, do que seria ela, ainda quando não se acompanhasse de outras eleições.

O Sr. Toledo Pizza - V. Excelência tem toda razão. Estamos em tempo ainda e corrigir esse erro.

O Sr. RAUL PILLA - Estamos em tempo e é urgente fazê-lo.

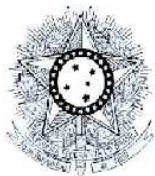
Difícilmente escaparemos à mais perigosa alternativa, na atual conjuntura, da que tem sido a regra em nosso País: ou a simples designação do Presidente pelas chamadas forças políticas, o que é a própria negação da democracia, ou a luta acérrima e desenfreada pelo poder, já que este é o princípio e o fim, o alfa e ômega da política brasileira no atual regime.

Não farei eco, Sr. Presidente, às apreensões e temores que estão ensombrando, ou assombrando, a já tão próxima e ainda tão remota sucessão presidencial, embora constituem matéria digna de consideração. Direi, apenas, que, com a reforma pleiteada pelos parlamentaristas, se escusariam tantas preocupações e se transporia o pleito no plano das competições do poder pessoal, para os dos embates ideológicos. Este fato constituiria, só por si, um poderoso elemento de educação política, coisa de que andamos muito carecidos.

Sr. Presidente. Força me é por fim a este discurso. Sinto que abusei da atenção, senão da paciência dos nobres colegas.

O Sr. Wellington Brandão - Não apoiado! V. Exa. é sempre ouvido com admiração. (Apoiados).

O SR. RAUL PILLA - Agradecido a V. Exa. - Mas, se me fora possível,



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Parlamentar

prossequiria indefinidamente, clamaria, clamaria sem cessar. Não por demonstrar uma verdade evidente e comprovar uma necessidade que já penetrou a consciência do maior número, senão por incitá-los a cumprir sem hesitações um urgente dever.

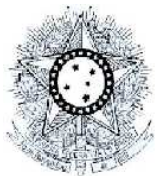
O Sr. Herbert Levy - Não estou inteiramente convencido dos argumentos que militam em favor do parlamentarismo neste momento da vida pública nacional. Acho, entretanto, que o assunto merece reflexão e me proponho a considerá-lo com mais atenção de agora por diante. Parece-me, todavia, que o exemplo de governo parlamentar oferecido ao país pelo segundo império, a escola de estadistas que esse período verdadeiramente áureo da vida política brasileira proporcionou, é verdade, sob a vigilância, por assim dizer, paternal de um Imperador com as qualidades de Pedro II., são argumentos que depõem muito em favor da tese de V. Exa.

O SR. RAUL PILLA - Muito agradecido ao nobre colega. Consigno, com grande prazer, as declarações de V. Exa. e desejo apenas fazer notar que, nos termos em que acabo de colocar a questão, tem uma importância relativa a completa convicção doutrinária em relação ao sistema parlamentar.

A questão atualmente é mais de ordem prática, de ordem pragmática. Precisamos fazer alguma coisa. O regime democrático está soçobrando; estamos afundando; a Nação se está dissolvendo. Esta a realidade.

Precisamos fazer alguma coisa. O que aí está é que não pode continuar.

O Sr. Aliomar Baleeiro - V. Exa sabe que vontade tenho de me convencer da plenitude do acerto de V. Exa quando defende, com tanta convicção a tese parlamentar. Mas o nobre colega, agora, mesmo, afirmou que esse regime corresponderia a uma necessidade pragmática. Perguntaria a V. Exa. se não acredita, também, que uma receptividade nos costumes políticos brasileiros não seria indispensável para o êxito do parlamentarismo. Veja V. Exa. que o regime em vigor desde 46 permite uma fórmula que se aproxima, sob certos pontos de vista, do regime parlamentar, estabelecendo, no mínimo, um contato direto dos Ministros de Estado com o Parlamento. A Constituição como que insinua que os Ministros defendam seus programas de governo, seus atos, o próprio orçamento perante o Congresso. Pois bem; V. Exa. não me aponta "avis rara" mais esquiva de que um Ministro de Estado nesta Casa. Os Ministros de Estado são como torres de marfim. A respeito deles nada sabemos. Mandam-nos apenas notícias semi-oficiais, quando se decidem a fazê-lo. Com tais Ministros, com sua costumeira indiferença pelo Parlamento, acredita V. Exa possa ter êxito tal experiência? Esta, meu



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Parlamentar

prezado colega, a grande dúvida que paira em meu espírito.

O SR. RAUL PILLA - A dúvida que V. Exa. acaba de manifestar é mais um argumento em favor dos radicais. Precisamos da terapêutica de choque. Na presente situação é que nada podemos realizar. V. Exa. diz que os Ministros poderiam ter tido maiores oportunidades para comparecer ao Congresso.

O Sr. Aliomar Baleeiro - A Constituição insinua exatamente isso. Não se trata de ministros no sentido do regime absoluto ou do começo do Império, uma espécie de criador do rei, a ponto do Marquês de Barbacena dirigir-se a D. Pedro I, dizendo: "Meu amo e Senhor". Eles são ministros do Presidente e não da Nação. Não compreendem sua função como peças engrenadas, no mesmo tempo junto ao Executivo e ao Legislativo. Querem ser homens de confiança, secretários particulares do Presidente da República.

O SR. RAUL PILLA - A observação de V. Exa., inteiramente justa e procedente, mostra, a meu ver, que essa fórmula de transição por V. Exa. preconizada, ou para a qual, pelo menos, se inclina, seria ineficiente. Por que os ministros não comparecem mais freqüentemente ao Parlamento?

O Sr. Plínio Barreto - Porque não o exigimos.

O Sr. Aliomar Baleeiro - Quando pretendemos solicitar a presença de um Ministro de Estado nesta Casa recebemos logo pedidos para que não o façamos, porque o Ministro tal está doente, o outro não se sente bem aqui, e assim por diante.

O SR. RAUL PILLA - Dentro desse regime não é possível fazer coisa alguma. Direi mais a V. Exa.: tenho tido, pois mais de uma vez, a idéia de propor a convocação de um Ministro para nos oferecer explicações sobre fatos de maior ou menor gravidade. Pois bem, eu mesmo, que sou parlamentarista convencido, venho recuando em meus propósitos, compenetrado que sou, também, de tal seria perfeitamente inútil neste regime, em que o Ministro pode comparecer mas, verdadeiramente, não é responsável ou só se considera responsável perante o Presidente da República. Assim, S. Exa. dirá o que muito bem entender, satisfará ou não à Casa, e tudo continuará como dantes.

O Sr. Plínio Barreto - Perdão: há a responsabilidade moral do Ministro e, ainda, a sua própria vaidade. Afinal, aqui comparecendo, virá defender pontos de vista que desejará ver, naturalmente, apoiados e vencedores.

O SR. RAUL PILLA - A vaidade não adianta. O que poderia adiantar, de fato, era a responsabilidade moral, o respeito, o pudor; mas este não existe, uma vez que os



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Parlamentar

Ministros se consideram simples servidores do Presidente da República.

O Sr. Aliomar Baleeiro - Como criados dos antigos reis, que assim se expressam: “Meu amo e Senhor”, à maneira do Marquês de Barbacena. Se um Ministro não dá satisfações suficientes, explicações convincentes sobre qualquer assunto que pleiteie, o Congresso bem um meio efficientíssimo de obrigá-lo a obedecer ou a sair: basta recusar-lhe as verbas. Não há Ministro que possa administrar se lhe são recusadas as dotações orçamentárias.

O SR. RAUL PILLA - V. Exa. quer restaurar a democracia representativa no Brasil, que é uma tarefa urgente, voltando a utilizar-se de um longo processo histórico. Até o doente morrer.

O Sr. Aliomar Baleeiro - Exatamente, V. Exa deu no ponto. O que receio, eminente colega, é a revolução parlamentar, isto é, uma transição brusca, violenta, para o regime parlamentar, mas sou partidário dele – e V. Exa. deve recordar-se do apoio que lhe dei, nestes termos, durante os trabalhos da Constituinte.

O SR. RAUL PILLA - Apoio que muito me honrou.

O Sr. Aliomar Baleeiro - Mas eu creio muito nas marchas passo a passo, etapa por etapa. Tenho medo desses saltos longos de um extremo a outro.

O SR. RAUL PILLA - V. Exa. apesar de não ser médico, conhece, evidentemente, porque é uma noção vulgaríssima, a terapêutica de choque. Em certas infecções, que se prolongam, não há outro recurso. Quem quiser, neste caso, aplicar a terapêutica que V. Exa. preconiza para o caso brasileiro, sacrificará, fatalmente, o doente. A nossa situação é exatamente essa: estamos apodrecendo. Do ponto de vista político, esta é a realidade. Não temo estar exagerando.

O Sr. Crépori Franco - V. Exa. diria melhor estamos apodrecidos, e não apodrecendo (Não apoiados).

O Sr. Medeiros Neto - Não apoiado V. Exa. é pessimista demais.

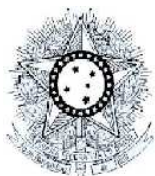
O SR. RAUL PILLA - Apodrecidos, ainda não estamos.

O Sr. Crépori Franco - Politicamente. A República está apodrecida, politicamente.

O Sr. Plínio Barreto - Não! Vossas Excelências, por exemplo, estão falando com tanta liberdade e elevação que demonstraram que não existe esse apodrecimento. Ainda há vitalidade nesse organismo, devemos reconhecê-lo. A reação é uma prova disso.

O Sr. Crépori Franco - Eu não me considero apodrecido. Falo de maneira geral.

O Sr. Plínio Barreto - Então se salva V. Exa.! (Riso). Já é alguma coisa.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Parlamentar

O Sr. Aliomar Baleeiro - Não é só a política brasileira, mas o país todo, todas as suas classes, todas as suas instituições. Não vamos atribuir ao Congresso Nacional um aspecto dissonante no quadro geral das coisas mal associadas do país.

O SR. RAUL PILLA - O Congresso é uma das vítimas.

O Sr. Aliomar Baleeiro - O que se passa nos diversos departamentos da vida pública e social brasileira serve para mostrar que não é um fato circunscrito no Parlamento. A verdade é que o fenômeno é de ordem geral.

O SR. RAUL PILLA - Creio que o nobre colega e amigo, Sr. Aliomar Baleeiro não tem, absolutamente, razão nos seus receios. Sou, e sempre fui, evolucionista; mas a evolução sem saltos é inexata. Aquela afirmação de que a natureza não dá saltos, está hoje verificado, é em parte errônea.

O Sr. Plínio Barreto - Mas V. Exa. acha que o parlamentarismo corrigirá todos os males de que padecemos? V. Exa. é médico...

O SR. RAUL PILLA - Não sou um charlatão que esteja receitando uma panacéia. O parlamentarismo corrigirá os males políticos, e, lentamente, corrigirá os outros, que do nosso mal político são a conseqüência.

O Sr. Plínio Barreto - Mas veja o nobre colega: o parlamentarismo não conseguiu, na monarquia, evitar aquela série de males, nem, tão pouco, prevenir a queda do regime.

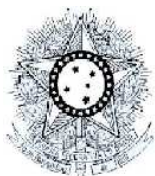
O SR. RAUL PILLA - Respondo a V. Exa. Aquela proposição foi proferida numa época em que o sistema eleitoral ainda era multíssimo defeituoso. Era aí que se verificava aquele sortes célebre. Não havia ainda eleições satisfatórias, mas, já para o fim do segundo Império, depois da lei Saraiva, a situação mudou consideravelmente. E, hoje, afirmo a V. Excelência, com o voto secreto e proporcional, com a justiça eleitoral, estamos em condições melhores de que nunca para praticar o parlamentarismo.

O Sr. Freitas e Castro - O ilustre orador, porém, era partidário do parlamentarismo, antes mesmo de termos uma verdadeira lei eleitoral.

O SR. RAUL PILLA - E por que?

O Sr. Freitas e Castro - Apenas por um preconceito político, porque V. Exa. está se referindo a eleições verdadeiras, e, no entanto, já era partidário do parlamentarismo, quando tínhamos as mais falsas eleições.

O SR. RAUL PILLA - Não esqueça V. Exa. que eu, quando defendia o parlamentarismo, sustentava o voto secreto e obrigatório, o qual, creio, V. Exa., ou o Partido a que pertence, combateu durante muito tempo.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Parlamentar

O Sr. Freitas e Castro - Eu não era partidário, mas livre atirador.

O SR. RAUL PILLA - Mas foi o Partido a que V. Exa. chegou a dar o seu apoio.

O Sr. Freitas e Castro - A Frente Única.

O SR. RAUL PILLA - ... o Partido Republicano, que fazia parte da Frente Única.

O Sr. Aliomar Baleeiro - Na Inglaterra, segundo se diz, a V. Exa. deve saber, houve a inversão do mito de Saturno. O gabinete, filho do Parlamento, acaba devorando o Parlamento. Não é este que, normalmente, devora aquele, no regime parlamentar. Criado o gabinete, recebe ele forças maiores do que as do próprio Parlamento, e este teme a dissolução, motivo pelo qual àquele se subordina vivamente. É a inversão do mito de Saturno, que temo ocorra no Brasil, porque, se aqui, apesar de instituído na Constituição que o Parlamento não se pode dissolver antes de finda a legislatura, há subserviência, plasticidade ao Executivo; se há esse temor na vigência da Constituição, imagine-se o que sucederá se o Poder Executivo puder dissolvê-lo a qualquer momento, como consequência fatal do regime parlamentar!

O SR. RAUL PILLA - Vou responder ao nobre colega.

Em primeiro lugar, há notável exagero nessa concepção, porque, com essa imagem, apenas se quer dizer que, na primeira fase da evolução do parlamentarismo na Inglaterra, o Parlamento preponderava sobre o gabinete. A regra era que o gabinete quase sempre se submetia às decisões do Parlamento; depois, porém, houve mudança, e talvez até se invertido a situação. O gabinete reage, hoje, muito mais contra as decisões do Parlamento, pelo instituto de dissolução.

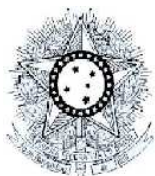
O Sr. Aliomar Baleeiro - Perdoe-me V. Exa. Reconheço que a objeção é de dois gumes: fortalece, também a V. Exa., pois os que combatem o parlamentarismo temem a fraqueza do Executivo, e este, fraco, ineficiente, origina a inversão do mito de Saturno. Na Inglaterra foi um argumento, mas sob o nosso ponto de vista, viria favorecer a V. Exa.

O SR. RAUL PILLA - Agradeço muito a lealdade com que V. Exa. expôs o outro gume do argumento.

Sr. Presidente, como eu vinha referindo, hoje, na Inglaterra a situação talvez esteja invertida. Que é dissolução do Parlamento? Fala-se em dissolução do Parlamento, como se fosse um ato de prepotência. Que é dissolução? É, pura e simplesmente, ...

O Sr. Aliomar Baleeiro - Um apelo à opinião pública para resolver o impasse do Legislativo.

O SR. RAUL PILLA - ... um apelo à opinião pública.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Parlamentar

Quando o Presidente da República, o rei ou monarca, concorda em dissolver o Parlamento, reconhece que a opinião pública deve ser consultada; portanto a dissolução não tem a significação, a feição que muita gente lhe empresta.

O outro ponto é o seguinte: argumentamos, geralmente, tratando do regime parlamentar, com os conceitos e os preconceitos do regime presidencial. Quando dizemos que o Presidente da República pode dissolver o Parlamento, qual é o Presidente que temos em mente? Não o Presidente da República do sistema parlamentar, eleito pelo Congresso para função muito diversa, muito distinta, a de simples Chefe da Nação, em vez de Chefe do Governo...

O Sr. Plínio Barreto - Figura somente decorativa.

O SR. RAUL PILLA - ... mas o que nós conhecemos, o Presidente do sistema presidencial, o ditador, o Chefe do Governo, o homem diretamente interessado no que se passa no Parlamento e em ter a seu favor a maioria. Este o erro em que incidem todos ou quase todos os que fazem a objeção.

Creio, portanto, responder cabalmente às observações do meu prezado amigo e colega, dizendo que o perigo da dissolução, que S. Exa. teme venha paralisar o Parlamento não é tão grande como se imagina. Faz-se mister não esquecer que o Parlamento, que pode vir a ser dissolvido, é aquele mesmo que elegeu o Presidente da República e constituiu o gabinete. E a dissolução só se dará, quando houver realmente causa de grande importância.

Peço agora licença para prosseguir nas minhas considerações.

Dizia eu, Sr. Presidente, que não se trata de mudar um regime, senão de salvar o regime. O regime que precisamos salvar, preservando o maior tesouro, representado pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana, é a própria democracia. A nossa democracia está morrendo da contradição interna que, com o presidencialismo, lhe foi introduzida.

Somente nos Estados Unidos, até hoje, essa contradição é suportada graças a um conjunto de circunstâncias dentre as quais as notáveis, as admiráveis qualidades individuais e cívicas do seu povo.

O Sr. Plínio Barreto - Nos Estados Unidos aliás, o Senado tem participação na **organização do Executivo.**

O SR. RAUL PILLA - Perfeitamente. É preciso não esquecer que, nos Estados Unidos, o regime presidencial sofreu grande evolução até agora não percebida porque se



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Parlamentar

processou por baixo das formas externas, por baixo do texto constitucional.

Os patriarcas de Filadélfia quiseram estabelecer esse regime presidencial rígido, que pretendemos copiar; na realidade, o que o costume e o espírito democrático dos norte-americanos produziram foi o a que Wilson chamou “Governo congressual”, pois nos Estados Unidos, é realmente o Congresso quem governa através de mecanismo rude, grosseiro, que, seguidamente, desencadeia crises prolongadas, que custam males enormes ao país por não se resolverem. Não precisarei lembrar senão uma: a que sofreu Wilson com seu Congresso.

O Sr. Aliomar Baleeiro - Agora mesmo, o Presidente Truman queixa-se de estar governando com a Câmara absolutamente Republicana e pequena minoria democrática no Senado, que lhe negam todos os recursos financeiros, tendo sido diminuídos vários impostos. Todo o plano de governo peca pela base.

O SR. RAUL PILLA - Pergunto a V. Exa.: haverá maior contradição que esta? O Presidente Democrata, a maioria do Congresso Republicana. Afinal, qual a maioria do país? Quem governa? Quem tem o direito de governar? É o Presidente da República, que é Democrata, ou a maioria Republicana do Congresso?

Está aí, ao vivo, a contradição interna do sistema presidencial, a que há pouco me referi.

O Sr. Campos Vergal - Observa V. Exa. que as coisas já também não caminham muito bem em virtude de ser apresentado agora *deficit* orçamentário de um bilhão e quinhentos milhões de dólares.

O SR. RAUL PILLA - Isto, até certo ponto, já nos pode confortar.

O Sr. Plínio Barreto - O *deficit* é de todos os regimes, inclusive do parlamentar.

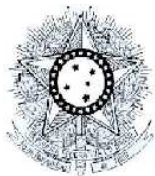
O Sr. Campos Vergal - Isso se verifica também no Brasil, onde as coisas vão mal.

O Sr. Plínio Barreto - Insisto em dizer que o *deficit* não é virtude específica do regime presidencial.

O SR. RAUL PILLA - Tão contraditório é o mecanismo do Governo presidencial que, entre todas as nações que o adotam, somente os Estados Unidos, graças às excepcionais qualidades do seu povo, conseguiram superá-lo, atenuando-lhe em parte os graves inconvenientes. O Parlamento brasileiro tem realizado grandes e corajosas reformas - claro é que não me estou referindo ao atual, pois este ainda não as fez.

O Sr. Plínio Barreto - Por modéstia.

O SR. RAUL PILLA - Em seu crédito se inscrevem, entre outras o sufrágio direto -



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Parlamentar

foi a mártir desse que o sistema parlamentar, na Monarquia, passou a ser uma realidade.

O Sr. Campos Vergal - A maior conquista democrática do Brasil consistiu na adoção do sufrágio direto.

O SR. RAUL PILLA - A abolição da escravatura, e, por fim, o voto secreto e proporcional. Delas, a mais profunda a mais radical, a mais corajosa foi a abolição. Ante as suas possíveis conseqüências não se detiveram os representantes do povo brasileiro. Sabiam os monarquistas que punham em perigo a monarquia com a libertação dos escravos. Mas, chegada a ocasião, nem eles, nem a monarquia hesitou no cumprimento do alto dever.

E nós, Sr. Presidente, hesitamos em cumprir o nosso, nós que nada arriscamos e, pelo contrário, tudo asseguramos com a reforma, seremos incapazes de um ato muito mais simples, não para resgatar uma parcela oprimida do povo brasileiro, mas para libertar a Nação inteira?

Esta é a grave e momentosa questão que se propõe ao atual parlamento brasileiro e a que ele não pode deixar de responder. Fio, Sr. Presidente, em que ele responda, e espero, também, que não venha demasiado tarde a resposta. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).